

Resenhas de Livros

***O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*, organizado por Márcio Piñon de Oliveira, Maria Célia Nunes Coelho e Aureanice de Mello Corrêa, Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE e FAPERJ, 2008, vol 1, p. 444, vol 2, p. 446. ISBN Vol I, 978-85-98271-57-6, Vol II, 978-85-98271-58-3.**

A coletânea de artigos “O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas”, apresentada em dois volumes, foi organizada pelos professores/pesquisadores Márcio Piñon de Oliveira¹, Maria Célia Nunes Coelho² e Aureanice de Mello Corrêa³.

Os textos que compõem esses volumes foram apresentados nas mesas redondas do VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), realizado nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), em setembro de 2007. O evento contou com o apoio de outras universidades do estado que possuem programas de pós-graduação em geografia⁴, outras instituições⁵ e agências de fomento⁶.

Entendendo que o tema proposto pelo VII Encontro da ANPEGE abriu caminho para apresentar a produção acadêmica recente em geografia no Brasil, a presente resenha analisa os artigos de ambos os volumes e discute essa produção a partir de dois eixos: 1) a produção acadêmica a partir dos cursos de pós-graduação; 2) a diversidade temática da produção geográfica brasileira, considerando ainda os temas não contemplados na coletânea. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre as novas tendências da academia e algumas lacunas da produção acadêmica identificadas a partir da organização do VII Encontro da ANPEGE, também expressas nos dois volumes analisados.

O texto inicial de Edward Soja, referente à conferência de abertura, relata como a geografia o seduziu e foi importante para a formação de seu olhar para a realidade. Além das conferências dos convidados internacionais, outro elemento a ser considerado para discutirmos as influências estrangeiras são as referências bibliográficas apresentadas nos artigos.

Sobre a Distribuição Espacial dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil

Os cursos de pós-graduação resultam dos esforços de aperfeiçoamento, não restritos ao centro-sul do país, de formar pessoal apto a analisar, interpretar e explicar as realidades nacionais, regionais e locais por meio da ciência geográfica. No que se refere à distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em geografia no Brasil – totalizando 41 programas, segundo dados fornecidos pela CAPES em 2010 –, esses dois volumes revelam ainda a manutenção de uma forte concentração dos cursos de pós-graduação na região Sudeste do país, onde existem 14 programas reconhecidos ao todo, com quatro deles em andamento no Estado do Rio de Janeiro, todos na capital e região metropolitana; três em Minas Gerais e um no Espírito Santo. São Paulo, com seis programas, destaca-se por ser o único dos estados do Sudeste com cursos de pós-graduação na capital e no interior. O mesmo fenômeno se repete no Paraná, onde seis programas estão distribuídos entre a

capital e o interior. O Estado do Rio Grande do Sul conta com três programas, um dos quais é realizado no interior. Santa Catarina possui apenas um curso oferecido na capital.

A grande maioria dos cursos de pós-graduação em geografia ainda se concentra nas capitais ou cidades da região metropolitana, mantendo a lógica da concentração. Nas demais regiões do país, três cursos são oferecidos na região Norte (Amazonas, Pará e Rondônia); sete no Nordeste (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará); e sete no Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal).

Se considerarmos o nível de doutorado, os números ficam ainda mais concentrados no Sudeste. Ao todo existem 18 cursos de doutorado em geografia no Brasil: três no Nordeste, um no Centro-Oeste, quatro no Sul e dez no Sudeste. A região amazônica além de apresentar poucos cursos de mestrado não apresenta nenhum curso de doutorado. Tais dados nos demonstram a ineficiência ou até mesmo a falta de políticas públicas para descentralizar a produção científica e a formação de mão de obra qualificada da região mais concentrada e industrializada do país.

Do total de 53 artigos contidos no livro produzido pela ANPEGE em 2007, 23 são de pesquisadores de universidades fluminenses e 14 foram escritos por pesquisadores paulistas, enquanto as demais regiões tiveram artigos de 2-3 pesquisadores selecionados. A coletânea incluiu ainda três pesquisadores que não participam de programas de pós-graduação em geografia, porém contribuem de forma significativa com suas pesquisas para o debate geográfico nacional, no caso de Rodrigo Valente Serra⁷ e Fabio Betioli Contel⁸, e para o debate latino-americano, no caso de Ana Clara Torres Ribeiro⁹.

Após esta análise quantitativa, passamos a uma análise qualitativa, em que buscamos identificar quais temas se sobressaem na atualidade e quais ainda buscam seus espaços na produção geográfica nacional.

Diversidade Temática da Produção Geográfica

Na análise sobre a diversidade da produção geográfica brasileira a partir dos textos produzidos e apresentados no VII Encontro da ANPEGE, sistematizamos as sessões em seis segmentos temáticos: reflexões teórico-metodológicas; contribuições sobre natureza e meio ambiente; a questão regional; geografia urbana; geografia agrária e geografia cultural. Esse exercício de reagrupamentos das sessões temáticas do encontro buscou redirecionar a análise dos textos acadêmicos a eixos mais restritos do pensamento geográfico.

Os Desafios Teórico-Metodológicos da Geografia

A discussão sobre os desafios teórico-metodológicos na geografia abre o primeiro volume com artigos de Ruy Moreira e Pedro Pinchar Geiger. Fabio Contel, Álvaro Luiz Heidrich e Eliseu Sérgio Spósito discutem as empirias da espacialidade. Heidrich trata especialmente da relação entre espaço mundial e território nacional, e o modo como as influências das dinâmicas da mundialização podem provocar instabilidades à territorialidade e a estruturação do espaço nacional. Spósito, à luz das teorias de David Harvey e Samir Amin, busca explicar o papel dos agentes das ações sobre o espaço e o papel da América Latina nas dinâmicas econômicas do processo de mundialização do

capital. Contel apresenta uma leitura geográfica da evolução do sistema financeiro brasileiro, pouco explorada pela geografia brasileira até então.

Na sessão *Espaço e Movimentos Sociais*, os autores buscaram teorizar sobre a categoria movimentos sociais no contexto geográfico. Trata-se de um tema ainda incipiente na geografia brasileira e que, desde a década de 1990, vem sendo cada vez mais abordado, suscitando intensos debates dentro e fora desse ramo da ciência.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro aponta a necessidade de um diálogo entre as disciplinas para melhor analisarmos o período histórico atual. Além disso, não nos deixa negligenciar os contextos sócio-espaciais e temporais. Ao contrário, chama atenção para o risco de uma análise descritiva das conjunturas locais. Marcelo Lopes de Souza, apoiado também na necessidade de um diálogo entre disciplinas, em seu texto “Ativismos Sociais e Espaço Urbano: Um Panorama Conciso da Produção Intelectual Brasileira”, promove um balanço da produção acadêmica sobre ativismo social no Brasil, já discutida em seus livros “Mudar a Cidade” e “Prisão e Ágora”. Por outro lado, enfatizando a luta pela terra no campo, Bernardo Mançano Fernandes dá continuidade à construção teórica iniciada com suas análises empíricas sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em “Gênese e Desenvolvimento do MST” e “A Formação do MST no Brasil”, que busca reconceituar a categoria *movimentos sociais* a partir de uma análise geográfica, ou melhor, do conceito de *movimento socioterritorial*.

A Contribuição Geográfica Sobre Natureza e Meio Ambiente

Pode-se dizer que a geografia brasileira não negligencia a discussão ambiental. Esta encontra-se bastante avançada do ponto de vista teórico, e principalmente demonstra o quanto os geógrafos atuais dialogam com pesquisadores de outros campos do conhecimento, entre os quais sociologia, política e economia, valorizando as questões sociais no debate sobre natureza e meio ambiente. A preocupação com as questões ambientais foram contempladas em quatro sessões distintas, cada qual iluminando um prisma do mesmo objeto.

A primeira das sessões, referente à questão ambiental, trás ao foco as questões político-econômicas dos recursos naturais. Discute os problemas geopolíticos em torno da produção energética no Brasil e na América Latina, sem deixar de considerar o papel das grandes empresas exploradoras dos recursos naturais, que se apropriam dos discursos do desenvolvimento sustentável para prosseguir com suas atividades. Com a participação de três geógrafos e um economista, essa sessão provocou acalorada discussão, visto que não há consensos quando se trata de interesses político-econômicos.

O artigo de Carlos Walter Porto Gonçalves abre a sessão sobre natureza e meio ambiente. Parte da crítica à obra cinematográfica *hollywoodiana*, dirigida pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e apresenta *uma outra verdade inconveniente* sobre o aquecimento global. Porto Gonçalves analisa o aquecimento global a partir da sua apropriação por setores que até agora se caracterizaram por desqualificar todos aqueles que denunciam o problema, bem como apresenta os fatores pelos quais esses setores mudaram de posição.

Gisela Aquino Pires do Rio apresenta o texto intitulado “Gestão de Águas: Um Desafio Geoinstitucional”. Nele, aponta o papel dos dispositivos regulatórios institucionais e da crescente importância desses dispositivos nas últimas duas décadas, naquilo que se refere à gestão das redes de infraestrutura, em especial da rede distribuidora de água nas cidades, que se encontra em crescente expansão. Para a autora, “a noção de superfície de regulação é apenas uma das possibilidades de explicar a complexidade das relações econômicas e sociais, bem como os limites da naturalização fundadora de território” (p.235).

Ainda com o foco nas questões político-econômicas dos recursos naturais, Maria Célia Nunes Coelho enfatiza a produção mineral na Amazônia, ressaltando o papel desestruturador/reestruturador exercido pela atividade mineradora industrial (manganês, bauxita e ferro) no território amazônico, em particular na Amazônia Oriental, envolvendo parte dos Estados do Pará, Maranhão e Amapá. A autora questiona até que ponto os corredores de mineração dinamizaram e integraram as economias locais. As dinâmicas são analisadas considerando os seguintes critérios: criação de corredores e mercadorias; instalação de redes de comunicação, transporte e energia; criação de novos municípios; e estágio atual da dinâmica da organização espacial/regional. Ao final, aponta as repercussões no meio ambiente.

Por último, integrou a sessão o artigo do economista Rodrigo Valente Serra, que constitui uma denúncia. Ele critica a falta de controle sobre os recursos dos *royalties* e participações especiais oriundos da produção petrolífera. Para o autor, “as impropriedades nas regras de rateio das rendas petrolíferas, (...) somadas às vacilantes normas para sua aplicação, produzem uma nova maldição ou uma grande armadilha – a armadilha da desmesurada e desregulada descentralização das rendas petrolíferas”(p.252-253) Neste e em outros artigos, Serra resalta a necessidade de ampliar o debate acerca de eventuais aprimoramentos da norma de rateio e aplicação dos *royalties* do petróleo. Caso contrário, a saída compensatória, via *royalties*, tende a provocar iniquidades ainda maiores.

Em um segundo momento, na sessão sobre *Espacialidades Contemporâneas e Mudanças Locais e Globais*, os autores demonstram de forma mais direta como a produção inadequada dos recursos naturais em escala local – a exemplo da plantação de monoculturas de árvores no Sul do Brasil – está associada a efeitos climáticos globais que se expressam novamente na escala local. Nessa sessão, os autores demonstram como o jogo das escalas (ou seja, a análise multiescalar) se faz necessário para compreendermos a problemática ambiental da sociedade contemporânea na perspectiva da análise espacial.

Apoiada na economia ecológica de Martinez-Alier, Dirce Maria Antunes Suertegaray descreve o modo como os conflitos ecológicos distributivos provocados por grandes corporações transnacionais produtoras de eucalipto no Rio Grande do Sul alteram a paisagem natural e a gestão territorial. Em seu artigo “Mudanças Climáticas Globais: Um Enredo Entre a Tragédia e a Farsa”, João Lima Sant’Anna Neto relata a existência de uma luta epistêmica entre várias instituições ambientalistas globais para comprovar as razões do aquecimento global, cuja importância está ou não na necessidade de se redefinir as regulações sobre os recursos naturais. Francisco Mendonça demonstrou a mesma linha, de forma empírica, com o exemplo da evolução térmica e pluviométrica ocorrida na região Sul do Brasil, e com o aquecimento global que vem alterando as dinâmicas naturais

regionais. Desse modo, o autor promove a todo momento uma inter-relação entre os fenômenos nas escalas global, regional e local.

Em mais uma sessão, a *Espacialidade Contemporânea e a Questão Ambiental* são colocadas no centro dos debates dos geógrafos nacionais. Nessa sessão, os autores abordam processos atuais, como grandes fenômenos “naturais” e impactos de objetos técnico-científicos, que nos levam ao debate da relação existente entre sociedade e natureza.

O artigo de Antonio Carlos Vitte descreve a influência da filosofia clássica e contemporânea, e de geógrafos renomados, como David Harvey, em sua base conceitual para compreender as transformações e os fenômenos *socionaturais* vivenciados recentemente (grandes furacões, derretimento de geleiras, vírus letais que se tornam pandemias etc.). Isso representa mais um esforço em sua carreira voltada para a construção de uma epistemologia pautada particularmente nos preceitos de uma geografia física. Archimedes Perez Filho, partindo de uma abordagem sistêmica e do conceito de geossistemas, analisa os impactos ambientais resultantes da construção da barragem da hidrelétrica de Ilha Solteira. Na tentativa de promover uma visão crítica sobre o antagonismo existente entre a geografia física e a humana, Cristina H. R. R. Augustin aborda como a geografia física vem desenvolvendo seus estudos e pesquisas na atualidade, destacando sua relevância para sociedade atual.

Por fim, a sessão intitulada *Espacialidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento* fecha o debate referente à questão ambiental, discutindo na noção de desenvolvimento sustentável uma noção questionável e bastante utilizada por geógrafos, mas pouco debatida no âmbito da geografia brasileira.

Com importantes contribuições ao presente debate, João Rua no texto “Desenvolvimento e Sustentabilidades: Uma Perspectiva Geográfica” dá continuidade a sua construção do conceito de ambiente inserido na teoria social e crítica de bases geográficas, na tentativa de regenerá-lo para compreender as questões impostas ao mundo contemporâneo. Dessa forma, o autor reforça “a impossibilidade de discutir desenvolvimento e sustentabilidade sem buscar suas âncoras espaciais”, ou seja, sem apontar as desigualdades geográficas que envolvem o desenvolvimento e a sustentabilidade, como defende David Harvey.

Relacionando globalização econômica, desenvolvimento e sustentabilidade, Ricardo Castillo nos mostra que a lógica do agronegócio, da região competitiva e da logística moderna encontram-se totalmente desvinculadas da noção de sustentabilidade, embora essa noção esteja inserida no discurso hegemônico do grande capital. O colombiano Carlos Mario Yory discute o desenvolvimento urbano sustentável no contexto da globalização, destacando a América Latina. Além disso, o autor propõe a utilização do conceito de topofilia de Tuan, compreendido na teoria do lugar, para construção de habitações dignas e sustentáveis.

A Questão Regional é Ainda uma Questão?

A partir da leitura da produção apresentada na ANPEGE, conclui-se que a questão regional permanece desamparada pela geografia brasileira. Apenas uma sessão expôs como elemento central as espacialidades político-regionais e os desafios teórico-metodológicos. Nessa sessão, somente dois artigos foram incluídos. Um deles, de Lisandra Pereira Lamoso, intitulado “Um Ensaio Sobre a Região e Regionalização: Desafios

Epistemológicos e Políticos”, retoma o debate sobre a região natural e a divisão regional brasileira, considerando o processo de regionalização com ênfase na formação dos blocos econômicos globais. Ainda sobre a questão regional, o artigo de Gilberto de Miranda Rocha – um dos dois geógrafos a representar a produção acadêmica da Amazônia – discute as interpretações geográficas sobre a divisão político-administrativa dos municípios brasileiros com ênfase no processo ocorrido no Estado do Pará, na década de 1980.

O recorte regional foi retomado na sessão *América Latina – temporalidades e territorialidades*. Aqui, a América Latina foi o tema central das obras e a região foi abordada a partir das análises de Maria Laura Silveira, com o artigo “América Latina: Por uma Pluralidade de Impactos Territoriais”; Claudio A.G.Egler, em “As Américas: Singularidades de um Continente”; e Álvaro Lopes Gallero. Silveira partiu do pressuposto de que o uso do território define-se pela implantação de infraestruturas ou sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade, e enfatiza os princípios de solidariedade de territórios usados. Egler parte de três objetivos, que ele mesmo considerou ambiciosos: a) reafirmar a relevância da geoeconomia nas análises não só da conjuntura atual de mundialização financeira como também dos processos históricos que contribuíram para desenhar os contornos básicos de sua estrutura espacial; b) realçar a importância dos estudos sobre as instituições, vistas como as normas, regras e costumes – implícitas e explícitas – que regulam as relações sociais em determinado período histórico e espaço geográfico definido (i. é., contribuem para delimitar e organizar territórios); e c) mais pragmático, diz respeito ao debate sobre a América em que vivemos e o projeto de futuro a ser construído, pois estamos presos ao dilema entre as raízes na latinidade e a orientação estratégica para o sul. Por último, o uruguaio Gallero em “Uruguay: Nuevos Tiempos y Nuevas Territorialidades” (“Uruguai: Novos Tempos e Novas Territorialidades”) nos retrata um quadro panorâmico da situação econômica, inserção na economia mundial e gestão pública no território do Uruguai.

Geografia Urbana no Brasil Contemporâneo

A geografia urbana foi contemplada com pelo menos cinco sessões: 1) *Espacialidades e dilemas das sociedades contemporâneas*; 2) *Urbanização das sociedades e espacialidades da urbanização na América Latina*; 3) *Espacialidades urbanas: ordenamento e governabilidade*; 4) *Espacialidades urbanas: escalas e dilemas da urbanização*; e 5) *Espaço público no mundo contemporâneo*.

A primeira sessão apresentou as conferências dos professores Jacques Levy e Rogério Haesbaert. Levy, no artigo “Os Poderes do Habitar: O Indivíduo Contemporâneo e A Globalização”, problematiza o poder do habitar na contemporaneidade. Afirma que “a dupla diversidade dos lugares e dos indivíduos não fica ameaçada pela globalização – ao contrário”. Assim, transformar o mundo em lugares é tarefa de quem habita no mundo. O artigo de Haesbaert, “Sociedades Biopolíticas de Insegurança e de Des-controles dos Territórios”, analisa a ambiguidade vivenciada pela “sociedade da segurança”: o controle de processos sociais mediante o controle do território. Ambas as conferências demonstraram a preocupação dos geógrafos com as questões impostas pelo processo de globalização: o viver num mundo cujo controle dos territórios está sendo justificado pelo discurso da segurança.

A segunda sessão, *Urbanização das sociedades e espacialidades da urbanização da América Latina*, partiu do geral para o específico. Ana Fani Alessandri Carlos inicia seu texto com uma hipótese: “Como tendência, o urbano é o modo pelo qual a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade” (p.50). Maria Encarnação Sposito afirma que “A constituição da sociedade urbana atinge, hoje, sua posição mais avançada” (p.62), orientando, assim, a leitura para a compreensão de fatos que vêm ocorrendo nas cidades e do papel da geografia urbana na elaboração de uma leitura desse processo. A contribuição de Ester Limonard para a sessão partiu de múltiplas indagações com objetivo de “...tecer considerações de cunho teórico-metodológico e buscar elementos que subsidiem a compreensão das tendências recentes da urbanização latino-americana” (p. 75). Pablo Ciccolella abre seu texto com uma citação de Jorge Luis Borges “...y ahora la ciudad es un plano de mis humillaciones y fracasos...” (p. 88) para discutir “Aportes para uma geografia crítica de la ciudad latinoamericana” .

A terceira sessão no âmbito da geografia urbana, *Espacialidades urbanas: ordenamento e governabilidade*, foi composta pelos artigos “Ordenamento Urbano e Gestão Territorial: Impasses”, de Amélia Damiani; “O Consumo do Espaço do Consumo”, de Silvana Pintaldi; “Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares”, de Roberto Luiz de Melo Monte-Mór; e “Cidades Ingovernáveis”, de José Borzacchiello da Silva.

A sessão *Espacialidades urbanas: escalas e dilemas da urbanização* trouxe a discussão atual da problemática das cidades médias, por Beatriz Ribeiro Soares; a questão da urbanização na Amazônia, analisada por José Aldemir de Oliveira; o reordenamento do espaço urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro ditado pelas dinâmicas territoriais, numa contribuição de Floriano José Godinho de Oliveira; e, por fim, Ulisses da Silva Fernandes nos brindou com uma análise de menor escala ao discutir a natureza monumental do Hotel Copacabana Palace, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Na sessão intitulada *Espaço público no mundo contemporâneo*, os autores Ângelo Serpa, Arlete Moisés Rodrigues, Eduardo Yázigü e Cátia Antônia da Silva problematizaram as apropriações do espaço público, enfatizando-o na cidade contemporânea. Assim, o espaço urbano é, mais uma vez, o protagonista de uma sessão.

Contribuições sobre a Espacialidade Agrária Brasileira

Uma única sessão foi dedicada à geografia agrária: *Espacialidade Agrária*. No entanto, esse campo da geografia tangencia outros temas, como a questão ambiental e os movimentos sociais. Todos os autores optaram por analisar casos nacionais, porém com diferentes temáticas e abordagens para demonstrar a complexidade da realidade do campo brasileiro. Dos cinco textos desse eixo temático, dois utilizaram como caso analítico a Amazônia brasileira. Jacob Binsztok e Ana Maria de Souza Bicalho apresentaram dois panoramas bem distintos da produção familiar amazônica.

Julia Adão Bernardes participou da sessão com o texto “Crise no Agronegócio: Novas Ações, Novos Tempos, Novas Territorialidades”, e Antônio Thomaz Júnior, com o artigo “Novos Arranjos Territoriais e Velhos Dilemas Para o Trabalho no Campo, no Brasil, no século XXI”. Ambos os autores demonstraram empiricamente, exemplificando Mato Grosso e São Paulo, como a produção capitalista do espaço promovida pelos vários tipos de

agronegócio vem provocando reestruturações e impactos significativos no território nacional no que tange às formas de uso e apropriação da terra, relações de trabalho, exclusão de grupos e classes sociais e modificação das paisagens originais.

Por fim, no artigo “Uma Análise Geográfica dos Conflitos no Campo Brasileiro”, Paulo Alentejano busca elementos analíticos para compreender os conflitos sociais no campo brasileiro e traça, a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um panorama da situação fundiária e da luta pela terra no campo brasileiro, desde meados da década de 1980 até meados da primeira década do século XXI.

Geografia Cultural

A geografia cultural foi contemplada com artigos daqueles que contribuíram para consolidar a temática no Brasil. As espacialidades da cultura têm seus pilares em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, contando ainda com as colaborações de Paulo Cesar da Costa Gomes e Aurenice de Mello Corrêa. Os textos de Corrêa e Gomes são de cunho conceitual e discutem gêneses de conceitos caros à área da geografia cultural. O primeiro texto traz o conceito de cultura e seu significado para a geografia, no que se refere ao reconhecimento de regiões culturais. O segundo texto discute a importância do conceito de imagem para a análise da realidade. E, por fim, Rosendahl explica o papel do sagrado e como a religião imprime sua marca no lugar. Aurenice Corrêa apresenta a transnacionalização das práticas culturais dos afrodescendentes brasileiros e a expansão para a Argentina. Assim, essa sessão reconhece o caráter dinâmico da cultura e suas expressões no espaço.

Considerações Finais

O tema “O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas” foi pertinente, pois contemplou questões teóricas e conceituais importantes na contemporaneidade, abarcando o exame de casos concretos em várias escalas que, no entanto, carecem de uma base teórica e conceitual mais bem fundamentada. O tema elucidou ainda a necessidade do geógrafo brasileiro olhar além dos limites do território nacional, analisando não só a relação do Brasil com a América Latina e o mundo, mas também entendendo esses recortes escalares como fundamentais para compreendermos muitos dos processos em curso na atualidade. A contribuição de cinco estrangeiros com experiência na abordagem das teorias espaciais contempla, em alguns pontos, o diálogo entre Brasil, América Latina e o mundo, apesar que represente uma abertura tímida da geografia brasileira aos geógrafos estrangeiros, incluindo aqueles fora do eixo Europa-Estados Unidos da América.

Nas análises dos trabalhos apresentados são evidenciadas as poucas relações existentes entre a geografia do Brasil e a geografia de outros países da América Latina, que ainda precisam ser fortalecidas. Não será possível integrar a produção brasileira a sua região sem referenciar as pesquisas dos vizinhos.

Apesar da ocorrência em âmbito nacional um fortalecido teórico-conceitual e das instituições de ensino e pesquisa existentes, a geografia brasileira ainda é intensamente influenciada pelo pensamento anglo-saxão, inglês e americano, com destaque para o

autor David Harvey, e pelos franceses. Há pouco tempo, aceitou influências espanholas, mais especificamente do grupo de professor doutor Horácio Capel, por seu esforço em receber brasileiros em programas de pós-doutorado. No que se refere ao mundo, somente são estabelecidas relações entre os países dos blocos hegemônicos, desconsiderando a produção africana ou asiática. Desconhecemos o que se produz na África ou sobre a África, e tão pouco sobre a Ásia.

Por outro lado, deve-se destacar que este livro, em dois volumes, revela que nas últimas décadas vem se intensificando um maior diálogo entre a geografia e outras ciências sociais, como sociologia, filosofia, economia, planejamento urbano e regional, antropologia. Esse diálogo tem sido acompanhado pelo abandono dos métodos matemático-quantitativos vinculados às ciências exatas. Contudo, tais métodos ainda são de suma importância para os geógrafos, especialmente no âmbito da cartografia, geoprocessamento e geografia física (geomorfologia, geoecologia, geohidrologia, biogeografia etc.). Entretanto, esses eixos temáticos foram pouco abordados ou negligenciados tanto na formulação do encontro como do livro.

Apesar dos pontos ressaltados ao longo dessa resenha, o livro é de grande importância para a geografia brasileira atual, pois consiste num produto significativo do estágio inicial em que se encontra a produção científica geográfica nacional. A produção intelectual dos geógrafos brasileiros vem incorporando um universo analítico e temático bastante amplo e invejável, que fornece novidades teóricas e empíricas extremamente relevantes e acompanha os principais debates científicos em pauta na atualidade. Nesse sentido, nas últimas décadas foram introduzidas ao escopo da geografia novas linhas de pesquisa que nos ajudam a compreender o mundo por meio da análise espacial, em particular a América Latina e o Brasil.

Elis Miranda¹⁰

Luiz Jardim de M. Wanderley¹¹

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense – UFF.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Pesquisadora do CNPq.

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia - CREA.

⁶ Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

⁷ Pesquisador do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (RJ).

⁸ Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP). Recebeu Prêmio de Melhor Tese em Geografia no Brasil conferido pelo VII Encontro da ANPEGE. Tese orientada pela prof. Dr^a Maria Laura Silveira.

⁹ Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

¹⁰ Geógrafa. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (SFC/Campos).

¹¹ Geógrafo. Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.